


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

Rua Sorbone, 375, . - Centreville

CEP: 13560-760 - São Carlos - SP

Telefone: (16) 3368-3260 - E-mail: saocarlosjec@tjsp.jus.br

SENTENÇA

Processo nº: **0004585-56.2017.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Acidente de Trânsito**
 Requerente: **Elaine Aparecida Duarte Liani**
 Requerido: **JOÃO FERMIANO DE JESUS NETO e outro**

 Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Silvio Moura Sales**

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, caput,
 parte final, da Lei nº 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos
 à imediata prolação da sentença,

D E C I D O.

A responsabilidade pelo acidente tratado nos
 autos é incontroversa.

O réu em contestação reconheceu ter sido o
 causador da colisão em apreço, não ofertando uma única justificativa para tanto ou
 ofertando argumento que de algum modo o favorecesse, limitando-se a tão-somente
 impugnar o valor almejado pela autora.

Todavia, o réu não impugnou de forma concreta
 os orçamentos ou declinou com clareza em que aspectos eles teriam contemplado montante
 superior ao que seria supostamente devido, ou seja, não bastava a ré simplesmente
 impugnar o valor postulado, mas lhe tocava fazê-lo de maneira específica.

Quanto à indenização pleiteada, está respaldada
 no documento de fl. 10, o qual não foi impugnado de maneira concreta e objetiva por parte
 do réu.

Ademais, as peças lá referidas são compatíveis
 com a natureza do acidente acontecido, inexistindo prova em sentido contrário produzida

0004585-56.2017.8.26.0566 - lauda 1



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DO JUIZADO ESPECIAL CIVEL

Rua Sorbone, 375, . - Centreville

CEP: 13560-760 - São Carlos - SP

Telefone: (16) 3368-3260 - E-mail: saocarlosjec@tjsp.jus.br

pelo réu.

Ele deverá, assim, ser acolhido.

Em suma, o réu não fez prova consistente de suas alegações, não se desincumbindo do ônus que lhe impunha o art. 373, inc. II, do Código de Processo Civil.

O quadro delineado mostra-se suficiente para a decisão da causa, não necessitando da produção de outro tipo de prova qualquer, pois, é incontroverso o evento danoso suportado pela autora.

Isto posto, **JULGO PROCEDENTE** a ação para condenar o réu a pagar à autora a quantia de R\$ 4.876,00, acrescida de correção monetária, a partir de maio de 2017 (época da realização dos orçamentos), e de juros de mora, contados da citação.

Deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, caput, da Lei nº 9.099/95.

P.I.

São Carlos, 27 de setembro de 2017.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA